

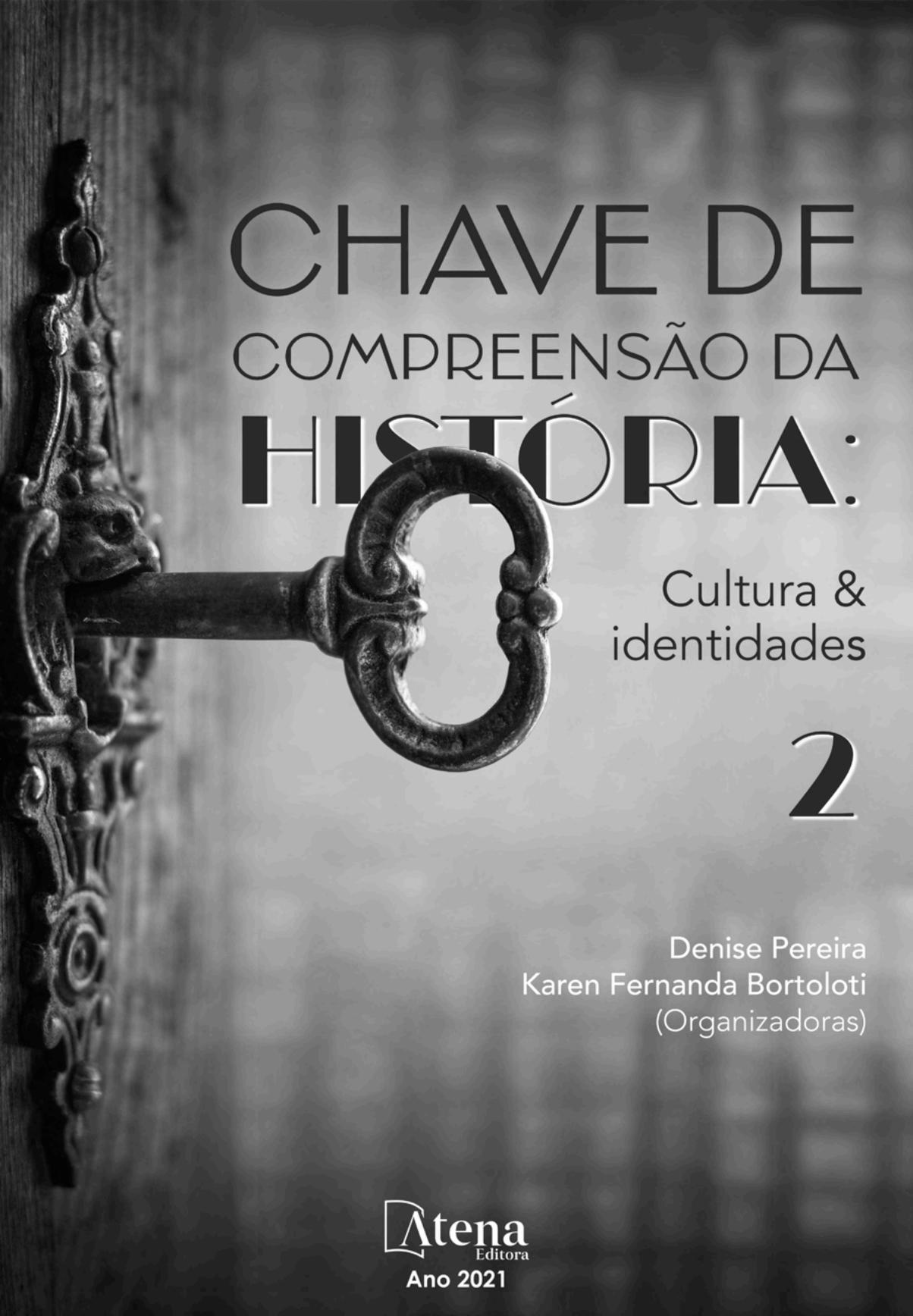
CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

**Atena**
Editora
Ano 2021



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

**Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Chave de compreensão da história: cultura & identidades 2

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C512 Chave de compreensão da história: cultura & identidades 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-748-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.489211412>

1. História. 2. Cultura. 3. Identidades. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Ainda que sem nos darmos conta, estamos, cotidianamente, refletindo acerca da sociedade em que vivemos. Cada vez que nos questionamos: “como isso foi possível?” ao nos surpreendermos com uma notícia estampada na rede, estamos pensando sobre os rumos que a sociedade está tomando, portanto, nos questionando e refletindo sobre a sociedade que vivemos. A cultura, como um produto social, tem, certamente, um grande impacto em nossa compreensão como sujeito, portanto, entrelaçar historicamente essas duas discussões, qualifica essas reflexões de forma incontestável.

Ao pensar historicamente uma questão central é como a cultura é essencial aos indivíduos para refletirem sobre suas ações no tempo e a construção de identidades tão diversas. Neste sentido, pensar em história requer pensar em cultura, justamente porque ao estudar a multiplicidade deste conceito desvendaremos as questões inseridas em nosso dia a dia com o objetivo de possibilitar melhor compreensão de todos os fenômenos que estão imersos no cotidiano e impactam em nosso posicionamento no mundo.

Neste momento, em que presenciamos discussões cada vez mais acirradas sobre as identidades, é importante retomarmos os ensinamentos que nos foram legados pelo antropólogo Clifford Geertz de que a cultura é um “sistema simbólico”, uma teia de significados que carrega mecanismos de controle para governar o comportamento. É construída a partir de valores e crenças, de códigos morais e hábitos que são socialmente erigidos, transmitidos, aprendidos por meio de signos e símbolos. Ela contribui para regular e padronizar atitudes e emoções, contribui, historicamente, para a elaboração de identidades.

Este e-book é sem dúvida, um convite a reconhecer no “outro”, naquele que a princípio enxergamos através de pré-conceitos e pré-julgamentos, alguém com quem podemos potencialmente aprender, com quem podemos nos modificar e que também podemos transformar.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CIDADES SITIADAS: REPRESENTAÇÕES DO MEDO DA MORTE E DAS ENFERMIDADES NA PANDEMIA DO COVID-19 E NAS CHARGES DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL

Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114121>

CAPÍTULO 2..... 15

CURIMBA ONLINE: ESTRATÉGIAS MUDIÁTICAS DURANTE A PANDEMIA E ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO, 2020

Camilla Fogaça Aguiar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114122>

CAPÍTULO 3..... 28

PENSANDO A HISTÓRIA E O TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DAS REVENDEDORAS DE COSMÉTICOS E A SUA NARRATIVA NO MUNDO DO DIREITO

Bárbara Galli de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114123>

CAPÍTULO 4..... 37

HISTÓRIA E MEMÓRIA: DIÁLOGOS PELA AUTONOMIA TERRITORIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO

Jonatan Dos Santos Silva

Viviane Sales Oliveira

Felipe Eduardo Ferreira Marta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114124>

CAPÍTULO 5..... 49

POLÍTICAS INDÍGENAS E O SER INDÍGENA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

Ivan Pereira Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114125>

CAPÍTULO 6..... 62

O “HOMEM PLURAL” E O PLURALISMO RELIGIOSO

Maylle Alves Benício

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114126>

CAPÍTULO 7..... 74

JOSEPH RATZINGER E LEONARDO BOFF: ALGUNS PONTOS DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO

Danillo Rangell Pinheiro Pereira.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114127>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8 | 89 |
| “ESPÍRITO BRANCO EM BUSCA DE ALMAS NEGRAS” COLONIALISMO E MISSÕES CATÓLICAS: CONHECER PARA CATEQUISAR E DOMINAR. SUL DE MOÇAMBIQUE (FINAL DO SÉCULO XIX) | |
| Denilson Lessa Dos Santos | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114128 | |
| CAPÍTULO 9 | 104 |
| O TESTAMENTO DE DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA, UMA ANÁLISE HISTÓRICA | |
| Maximiliano Gonçalves da Costa | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114129 | |
| CAPÍTULO 10 | 116 |
| HISTORIOGRAFIA E CATOLICISMO: DONOSO CORTÉS E OS RUMOS DA MODERNIDADE HISTÓRICA | |
| Roney Marcos Pavani | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141210 | |
| CAPÍTULO 11 | 128 |
| DOM AUGUSTO ÁLVARO DA SILVA: FÉ E POLÍTICA | |
| Solange Dias de Santana Alves | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141211 | |
| CAPÍTULO 12 | 143 |
| SCIENTIFIC DISCOURSE MODELING: A SEMIOTIC VIEW | |
| Marcus Vinicius Dos Santos Claro | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141212 | |
| CAPÍTULO 13 | 152 |
| ARQUEOASTRONOMIA: A CONSTRUÇÃO DE URUK E A INFLUÊNCIA DOS CÉUS | |
| Leonardo Birnfeld Kurtz | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141213 | |
| CAPÍTULO 14 | 166 |
| O GUERRILHEIRO HEROICO: FOTOGRAFIA E GÊNERO | |
| Andréa Mazurok Schactae | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141214 | |
| CAPÍTULO 15 | 179 |
| ATHÉNAÏS MICHELET: UMA TRAJETÓRIA APAGADA | |
| Aline Dal'Maso | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141215 | |
| CAPÍTULO 16 | 192 |
| AS VISÕES DA DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE SOBRE AS FORÇAS ARMADAS | |

BRASILEIRAS NO GOVERNO JK (1956-61): APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA

Vinícius Marcondes Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141216>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....204

ÍNDICE REMISSIVO.....205

POLÍTICAS INDÍGENAS E O SER INDÍGENA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

Data de aceite: 01/12/2021

Ivan Pereira Rodrigues dos Santos
PUC-SP

INDIGENOUS POLICIES AND THE INDIGENOUS BEING IN THE NACIONAL CONSTITUENT ASSEMBLY

RESUMO: Nesta pesquisa, buscamos analisar a construção da identidade e das políticas empreendidas pelo movimento indígena que se fez presente no processo que envolveu a Assembleia Nacional Constituinte no Brasil, entre os anos de 1987 e 1988 – e contribuiu diretamente para a elaboração da Constituição Brasileira de 1988. Para isso, buscamos compreender quem foram as pessoas que o formaram e as lideranças indígenas de diferentes etnias e regiões do Brasil que construíram uma identidade supraétnica que deu coesão a esse movimento social. Também buscamos inserir esta pesquisa na linha historiográfica denominada Nova História Indígena, introduzindo elementos teóricos da área da antropologia para compreender o fenômeno étnico e a construção identitária dessas lideranças indígenas, além de compilações produzidas por juristas, que nos auxiliaram na compreensão da legislação brasileira e de suas transformações. Construímos o objeto de pesquisa por meio da análise de publicações periódicas do jornal *Porantim*, atas de sessões e audiências da Constituinte e falas de diferentes

lideranças indígenas nessas audiências das subcomissões. Também analisamos documentos produzidos por organizações indigenistas e indígenas e apresentados oficialmente nesse processo, como as Propostas e Emendas sobre os povos indígenas para o texto da Constituição.

PALAVRAS-CHAVE: Assembleia Nacional Constituinte; Constituição de 1988; movimento indígena; lideranças indígenas; organizações indigenistas.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the construction of the indigenous identity and the policies undertaken by the Brazilian indigenous movement presented in the Brazilian National Constituent Assembly between 1987 and 1988, which contributed directly to the elaboration of the 1988 Brazilian Constitution. We seek to understand who the people who formed that movement were; and who the Indigenous leaders of different ethnicities and regions of Brazil responsible for building a supra-ethnic identity that gave cohesion to the social movement were. Besides, placing this study in the historiographical line called New Indigenous History was one of the objectives. That led to inserting theoretical elements from anthropology to understand both the ethnic phenomenon and the construction of the identity made by those indigenous leaders. In addition, compilations produced by jurists helped to understand the Brazilian laws and their transformations. The analysis of periodical publications from *Porantim* newspaper, minutes of sessions and audiences of the Constituent Assembly, and speeches by different Indigenous leaders in those subcommittee audiences built the

object of this investigation. The documents produced and officially presented by Indigenous and indigenist organizations, such as the Proposals and Amendments on Indigenous peoples to the text of the Brazilian Constitution, were also analyzed.

KEYWORDS: Brazilian National Constituent Assembly; 1988 Constitution of Brazil; Indigenous movement; Indigenous leaders; indigenist organizations.

INTRODUÇÃO

Por um bom tempo, a historiografia definiu os povos indígenas como sujeitos que tinham apenas o passado, negando-lhes o reconhecimento de seu direito ao presente ou ao futuro. Vistos como bons e maus selvagens desde o século XVI, passam a ser interpretados, a partir do século XIX, como obstáculos ao progresso da civilização. Por muito tempo, foram “algo como fósseis vivos que testemunhavam o passado das sociedades ocidentais” – e, nessa linha, lembremo-nos da famosa frase de Varnhagen, que nos traz uma amostra clara dessa certeza oitocentista: “[...] de tais povos na infância não há história: há só etnografia” (CUNHA, 2012, p 11).

Aos povos indígenas, foi negado o direito ao futuro, mas foi-lhes constantemente confirmada a iminência do extermínio ou da extinção total. A certeza de que os povos indígenas passariam inevitavelmente por um processo de incorporação à *comunhão nacional*, deixando de ser índios, influenciou significativamente a produção intelectual sobre esta temática durante todo o século XX. Para além da historiografia positivista, mesmo na obra de grandes autores, como Darcy Ribeiro, podemos perceber a presença de elementos que apontam para este destino aparentemente inevitável que estava reservado aos povos indígenas. Muitas das questões trabalhadas em sua obra ainda são atuais e muito úteis para nossa compreensão acerca das relações étnico-culturais no Brasil entre outros temas; no entanto, guardadas as contextualizações necessárias, o relativo pessimismo impresso em suas interpretações sobre o futuro dos povos indígenas também nos revela a permanência de alguns elementos provenientes dessa perspectiva *incorporacionista*, quando apresenta escalas e níveis de integração dos índios, que aparecem como mais ou menos integrados (RIBEIRO, 1979).

Essa linha de interpretação gerou grandes prejuízos para os povos indígenas, que passaram a ser ameaçados pelos agentes do progresso. Nessa transição cultural em que eles seriam supostamente integrados à *comunhão nacional*, deixando de ser índios, deixariam de ter o direito às suas terras, bem como os direitos a qualquer tipo de proteção especial. Se o sujeito indígena *em vias de integração* representava um trabalhador em potencial, suas terras representavam potenciais propriedades a serem exploradas das mais diversas formas.

Maria Regina Celestino de Almeida apresenta algumas das “imagens do índio” que foram construídas no Brasil durante o século XIX e a primeira metade do século XX pelos discursos literários, históricos e políticos que tinham como objetivo inserir os povos indígenas

na história da nação brasileira. Essas imagens perpetuaram-se significativamente dentro da prática historiográfica. A imagem do índio do passado, por exemplo, como um índio heroico, idealizado, sempre aderindo aos objetivos civilizatórios dos europeus, leal aos princípios cristãos, aparece em obras literárias de grande expressão, como em *O Guarani*, de José de Alencar. Essa imagem do índio sem nenhum sinal de rebeldia ou resistência ao homem branco, do qual sempre se torna aliado para o bem da civilização, basicamente é a imagem de um índio ideal para os interesses nacionalistas e assimilacionistas existentes no Brasil desde aquele momento. Ao perpetuar tal imagem do índio, a sociedade e o Estado brasileiro buscavam livrar-se do índio real, que estava bem ali e tanto incomodava (ALMEIDA, 2010).

Celestino de Almeida ainda descreve outras imagens que povoaram as narrativas sobre os índios no Brasil desde o século XIX. Como a imagem do bárbaro, visto como tal por ser entendido como obstáculo ao progresso por resistir à tomada de suas terras, ou simplesmente por habitar terras que se constituem como objeto de interesse alheio; ou aqueles que, naquela época, eram chamados de *degradados*, vistos como “misturados, minoritários, miseráveis e preguiçosos” (ALMEIDA, 2010) pelo fato de ainda se identificarem como índios, mesmo após longos esforços para integrá-los – e suas terras – à sociedade nacional.

A Nova História Indígena

Tendo em vista estas formulações, que ainda se fazem presentes na atualidade em diferentes narrativas, um dos objetivos deste trabalho é apresentar, com todas as limitações que o lugar de fala de um pesquisador *branco* pressupõe, um sujeito indígena que, dentro do contexto das décadas de 1970 e 1980, teria construído suas próprias articulações, segundo seus próprios interesses, imprimindo suas projeções e expectativas nos âmbitos individual e coletivo.

Atualmente, estudos acerca da história dos povos indígenas no Brasil têm apontado para a existência de um campo fértil para novas pesquisas. Não apenas pela diversidade de áreas do conhecimento que podem fornecer novas ferramentas para os estudos históricos – como a antropologia, arqueologia, sociologia, demografia, linguística, entre outras – mas também pelo surgimento de novas interpretações que buscam entender a história dos povos indígenas partindo do pressuposto de que estes sempre foram e são sujeitos que protagonizam suas próprias histórias.

A *Nova História Indígena*, como passou a ser chamada desde os estudos de John Manuel Monteiro no final da década de 1990 (MONTEIRO, 1995), traz-nos novas propostas para uma historiografia na qual se busca compreender os povos indígenas como sujeitos que forjam a todo momento seus próprios destinos. Sujeitos que passam a ter direito ao presente, e não somente ao passado, geralmente cristalizado em imagens idealizadas de um primeiro contato entre os índios e os brancos, geralmente ligado ao momento da chegada

dos europeus às Américas no século XVI. Dessa forma, surgem novas interpretações sobre os processos históricos vividos por esses sujeitos. Uma nova óptica está sendo lançada sobre as análises das relações estabelecidas entre esses povos, o Estado e a sociedade envolvente.

Maria Regina Celestino de Almeida traz novas interpretações para a história dos povos indígenas no Brasil durante o período colonial e o período do Império. Nessa abordagem, as negociações, articulações, conflitos, resistências e outras práticas estudadas pela autora revelam sujeitos indígenas cujas relações sociais teriam sido fundamentais para a construção e o desenvolvimento daquelas sociedades.

Nessa nova óptica, busca-se reconhecer o protagonismo dos povos indígenas diante do processo colonizador exercido de diferentes formas, no qual se inclui um amplo leque de rompimentos e alianças a partir de suas situações e interesses.

Movimento indígena, missionários e antropólogos

Consideramos que essa linha de interpretação tem grande relevância para esta pesquisa – e, dessa forma, pretendemos produzir reflexões acerca das políticas construídas por lideranças e grupos indígenas provenientes de diferentes regiões do Brasil durante as décadas de 1970 e 1980.

Essas lideranças protagonizaram momentos de embates ou alianças que as levaram a uma redefinição de suas identidades, dando origem ao que chamamos de identidade *pan-indígena*. Na teia de relações que envolve os povos indígenas, essas novas lideranças, o Estado e a sociedade brasileira, surgia esta nova categoria que incluía os mais diversos e numerosos grupos étnicos pelos quais algumas situações vividas lhes conferiam unidade política.

Escolhemos analisar o período em que ocorreu a Assembleia Nacional Constituinte – de abril de 1987 a agosto de 1988 –, por considerarmos que se tratou de um processo fundamental para a apresentação dos projetos desenvolvidos durante as décadas de 1970 e 1980 por essas lideranças e grupos que construíram o que chamaremos aqui *movimento indígena*.¹

Durante aquele processo foi produzida uma nova Constituição para o Brasil, que, após 21 anos de ditadura, mostrava-se aberto à possibilidade de ter uma *constituição cidadã*.

A Assembleia Nacional Constituinte surgia para diversos setores da sociedade como um momento repleto de possibilidades de conquista e desafios a serem enfrentados. Manuela Carneiro da Cunha levantou, naquele momento, questões que apresentavam grande relevância acerca dos direitos indígenas, como a possibilidade real da quebra do

¹ Partimos da ideia de movimentos sociais (sobre a qual discutiremos melhor adiante) apresentada por Gohn: GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011 [1. ed., 1997]. Além de nos apoiarmos na definição de autores indígenas, como Daniel Munduruku, Ailton Krenak e outros(as) que citamos nesta dissertação.

paradigma da incorporação dos índios à sociedade nacional, o que estava intimamente ligado ao direito desses povos às suas terras, entre outros temas que já faziam parte de discussões internacionais, tais como a questão da exploração do subsolo em terras indígenas, a importância das demarcações destas terras, a autonomia dos povos indígenas e seus direitos culturais, civis e jurídicos (CUNHA, 1987).

Esses temas e discussões abordados durante a Assembleia Nacional Constituinte, bem como as rupturas que propuseram, continuam sendo relevantes para a compreensão da história e da luta desses povos pela manutenção de seus direitos que constantemente são ameaçados no Brasil, como também nos mostra Manuela Carneiro da Cunha em sua análise da discussão sobre as terras indígenas na esfera jurídica atual.²

Com esta investigação, pretendemos contribuir para o conjunto de estudos que constituem esta nova história indígena, além de que ela também se insere em um outro campo, constituídos pelos estudos sobre os chamados novos movimentos sociais, que surgem entre as décadas de 1970 e 1990.

Este campo de estudo configura, segundo Natalia Neris, um “campo incipiente e crescente de trabalhos sobre a atuação de movimentos sociais e/ou processos de disputa por inclusão de temas no texto Constitucional” (NERIS, 2015, p. 15).

Segundo Heloisa de Faria Cruz, “dimensão pouco explorada em relação aos estudos dos novos movimentos [sociais], de suas formas de auto-organização e das disputas por hegemonia naquele contexto diz respeito às suas linguagens e formas de comunicação” (CRUZ, 2013, p. 4). Dentro dessa dimensão pouco explorada, debruçamo-nos sobre a constituição do movimento indígena no Brasil por meio da análise de um jornal chamado *Porantim*, produzido e veiculado pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

Devido ao processo de transformação pelo qual a Igreja Católica passa, iniciado na década de 1960, essa organização aparece como um dos sujeitos centrais no processo de formação do movimento indígena.

As diretrizes e práticas dos missionários passavam por profundas mudanças, paralelamente aos novos referenciais teórico-metodológicos que vinham sendo introduzidos nas discussões dos antropólogos, que possibilitaram novas percepções e propostas de ação com relação ao indigenismo na América Latina (JUNQUEIRA, 1981).

O Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado em 1961, evidencia uma posição renovada da Igreja Católica, que realiza uma autocrítica com relação ao passado ligado diretamente às práticas missionárias coloniais e propõe o respeito e a convivência com outras culturas e religiões. Tal posição é também apresentada em 1968 na II Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia, quando se introduz definitivamente a ideia de *inculturação*, em oposição à ideia de incorporação. Nesse

² Neste título, a autora reúne textos de diversos autores sobre os direitos indígenas no Brasil atual, voltando as atenções para a tese do *marco temporal* e seu impacto na vida de inúmeros povos indígenas. Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel Rodrigues (org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Unesp, 2018.

mesmo ano, ocorre o 1º Encontro sobre Presença da Igreja nas Populações Indígenas em São Paulo, no Colégio Santo Américo, convocado pelo Secretariado Nacional de Atividade Missionária – SNAM, que também havia sido criado naquele momento. Portanto, há, nessa época, uma mudança paulatina na prática missionária, havendo uma cisão dentro da Igreja, com grupos que seguiam a lógica do Estado civilizatório, representados na aliança Igreja-Estado, missão-Funai; e grupos que se opunham a essa linha. É neste contexto que surge o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, fundado em 1972 (PREZIA, 2003).

O CIMI surge como uma entidade católica que já tinha como base o diálogo *inculturado*, ou seja, a prática missionária que pressupunha o respeito às identidades étnicas e às religiões indígenas. A I Assembleia Geral do CIMI, em 1975, mostra que as diretrizes que foram traçadas já eram muito renovadoras, estando na linha de ações os temas *cultura, autodeterminação, terra, encarnação e conscientização* (PREZIA, 2003. P. 68). Converter os povos indígenas ao cristianismo já não era o objetivo desses missionários, que partiam da premissa de que “o verbo se fez homem, pobre e também índio”.³

Essa entidade garantiu significativo apoio à causa indígena naquele contexto, e a estrutura que possuía – presente em todas as regiões do Brasil, com um sistema de comunicação eficiente e articulado entre seus membros – foi fundamental para que se criassem espaços de diálogo e para que se desenvolvessem novas relações e articulações entre diferentes grupos e líderes indígenas.

No interior de todo esse processo, surge o *Porantim*, que aparece como um tipo de boletim missionário criado pelo CIMI em 1978, voltado inicialmente à divulgação das situações vividas pelos povos da Amazônia, com sede em Manaus. Com poucos anos de existência, o boletim passou a ser enviado para as diversas capitais do País e vai-se estabelecendo como um jornal de alcance nacional, principalmente após a transferência do secretariado nacional do CIMI para Brasília, em 1982.

O jornal *Porantim* marcou o processo de transformação e consolidação do CIMI e do movimento indígena enquanto sujeitos sociais. Cruzando uma análise mais atenta desse periódico com as demais referências utilizadas, revelaram-se as perspectivas, estratégias e projetos do CIMI como uma entidade de apoio à causa indígena e sua especial relevância no processo de construção do movimento indígena.

O paradigma da tutela

Outro elemento fundamental para a compreensão do alcance das políticas indígenas na Assembleia Nacional Constituinte é o paradigma da tutela, exercido pelo Estado sobre os povos indígenas no Brasil desde o final do século XIX até a promulgação da Constituição de 1988. A superação deste paradigma e a concessão dos direitos jurídicos aos indivíduos e grupos indígenas foi uma das maiores vitórias do movimento indígena na busca pela

3 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Porantim* – 1978. Brasília, DF, ano V, n. 94, 1986. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemerioIndio&PagFis=4381>. Acesso em: 15 jul. 2018.

plena autonomia.

O conceito de tutela pode ter diferentes significados e foi utilizado de diferentes formas se considerarmos os interesses historicamente conflitantes dos povos indígenas e do Estado brasileiro. Contudo, a tutela que sempre recaiu sobre os povos indígenas no Brasil está relacionada a dispositivos legais que sempre imputaram a esses sujeitos a incapacidade, a infantilidade e a barbárie.

A figura jurídica de tutela esteve presente entre os princípios fundadores dos órgãos indigenistas oficiais no Brasil. Primeiramente, no Serviço de Proteção ao Índio e, posteriormente, na própria Fundação Nacional do Índio.

Sustentamos que o movimento indígena esteve diante da árdua tarefa de se opor e desconstruir alguns dos principais elementos de uma estrutura legislativa que havia sido gestada ainda no século XIX – quando as crenças eugenistas atravessavam as diversas áreas da ciência – e que tinha como um de seus principais pilares a tutela orfanológica do Estado sobre os povos indígenas.

A Constituição Federal de 1988 ficou marcada como um verdadeiro divisor de águas na história dos direitos indígenas no Brasil, especialmente por ter superado este paradigma da tutela indígena, reconhecendo, pela primeira vez, que tanto individualmente como coletivamente, os indígenas são sujeitos que possuem direitos jurídicos e são partes legítimas para ingressarem em juízo de seus interesses.

Entendemos que a criação e a consolidação do movimento indígena, bem como sua participação na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988, estão inseridos em um contexto mais amplo no qual as preocupações com questões relacionadas aos direitos humanos, direitos das minorias, dos povos originários e as questões ambientais, por exemplo, ganharam notoriedade e evidência no cenário político internacional. Compreendemos que a presença desses temas nas pautas de importantes encontros internacionais se consolidou devido ao avanço das ações dos diversos movimentos sociais e organizações locais, regionais, nacionais ou internacionais que protagonizaram aquele processo histórico.

A Conferência Rio-92 sobre o Meio Ambiente do Planeta: Desenvolvimento Sustentável dos Países, também conhecida como Eco-92, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, foi um grande exemplo do desdobramento dessas discussões no âmbito global. Essa conferência trouxe enorme visibilidade para as questões ambientais em todo o mundo, levando em conta seus âmbitos econômico e social. Acordos inéditos foram firmados por muitas das potências europeias dentro desses termos.

As convergências construídas pelas lideranças e grupos provenientes de diferentes povos indígenas das Américas consolidaram-se com o surgimento de organizações e confederações que tinham como objetivo fortalecer unidades políticas autônomas em busca de acordos que expusessem suas necessidades e atendessem às suas reivindicações diante de representantes políticos das grandes potências mundiais, organizações não

governamentais ou de grandes corporações.

Os referenciais teórico-metodológicos aqui utilizados para leitura do *Porantim* partem do preceito de que a imprensa se configura como força social ativa que “articula uma compreensão da temporalidade, com diagnósticos do presente, e afirma memórias que pretendem articular as relações presente/passado e as perspectivas de futuro” (CRUZ, 2013, p. 5). Portanto, compreende-se que a imprensa é uma parte constituinte da história social, produzida por sujeitos que nela imprimem seus projetos e leituras de mundo, mas que também passam a se constituir no próprio processo de produção e desenvolvimento desses meios de comunicação. Dessa forma, a imprensa é entendida como um dos ingredientes do processo histórico, muito mais que apenas registros da realidade (DARNTON; ROCHE, 1996).

Éder da Silva Novak traz algumas definições relevantes sobre a participação política e a luta indígena no Brasil. Trabalhando com populações indígenas do Paraná no período da Primeira República, traz a ideia de que as populações indígenas “lutaram por seus interesses e reinterpretaram, conscientemente, uma nova forma de vida, promovida pelas relações interétnicas com os sujeitos da sociedade envolvente”. Essa definição ajuda-nos a compreender as estratégias, alianças e outras ações praticadas pelo movimento indígena na Constituinte – e, de uma forma mais ampla, pode ser uma chave interpretativa para compreender como se desenvolveram as relações entre *índios* e *não índios* no Brasil durante o século XX (NOVAK, 2019, p. 25).

Buscamos compreender o fenômeno étnico a partir de alguns estudos que nos possibilitaram aprofundar a análise sobre o movimento indígena enquanto parte integrante de uma teia de relações interétnicas que se desenvolvem de modo processual, o que também nos possibilitou compreender suas inconstâncias e contradições internas.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, “os grupos étnicos só podem ser caracterizados pela própria distinção que eles percebem entre eles próprios e os outros grupos com os quais interagem” (CUNHA, 2012, p. 103). Daí, podemos afirmar, de forma preliminar, que a definição de uma identidade étnica dependeria somente da autoidentificação do indivíduo como parte de um grupo e a aceitação deste indivíduo pelo mesmo grupo. Contudo, caberia apenas aos povos indígenas decidir quem é ou não é Kaingang, Guarani-Kaiowá, Kariri entre outros.

Paralelamente a essa definição, partimos de uma perspectiva na qual se “percebe a cultura como algo essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado” (CUNHA, 2012, p. 108), abandonando a visão totêmica na qual a cultura é entendida como algo cristalizado, imóvel e acabado.

Sobre a definição de grupos étnicos, considera-se fundamental a discussão apresentada por Fredrik Barth, na qual a etnicidade passa a ser analisada a partir das interações entre diferentes etnias. A partir dessa abordagem, a observação empírica da cultura deixa de ser o único fator relevante para a compreensão do fenômeno étnico,

entendido aqui como processual. O autor considera que uma análise das características étnicas de um grupo deve considerar suas interações com outros grupos, visto que nenhuma cultura e, conseqüentemente, nenhuma identidade se desenvolve isolada das outras. Sendo a cultura e a identidade elementos essencialmente relacionais, deve se levar em conta as relações de troca ocorridas em suas fronteiras étnicas (POUITIGNAT; STREIFF-FENART, 1988).

Paralelamente a essa perspectiva de análise, na qual as atenções se voltam para as interações culturais e não mais unicamente para o conteúdo cultural, Guillermo Bonfil Batalla propõe uma abordagem metodológica na qual não se desconsidera a importância dos elementos culturais para a definição das características de um grupo étnico, mas busca-se compreender o fenômeno étnico em seu caráter processual e relacional (BATALLA, 1988, p. 13-53).

Considerando a relevância de teóricos como Barth, Batalla adverte que cada caso deve ser analisado empiricamente em suas especificidades e considera que a identidade é um elemento resultante do processo no qual um grupo busca ter exclusividade sobre as decisões a serem tomadas com relação a um universo de elementos culturais definidos como próprios. Portanto, no processo relacional no qual o grupo estabelece a troca, perda, aquisição e/ou domínio sobre certos elementos culturais, define-se o que o autor chama *cultura própria* de um grupo. A partir da relação que o grupo constrói com esses elementos culturais, vai desenhando constantemente sua identidade, que nada mais é que a expressão política utilizada pelo grupo para externalizar, organizar e imprimir as dinâmicas que possibilitem o controle de suas decisões sobre os elementos culturais próprios.

Partindo dessas premissas, buscamos compreender, nesta pesquisa, o ser indígena no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, bem como o processo de configuração da identidade pan-indígena expressada naquele momento importante da história dos povos indígenas no Brasil.

O Movimento Indígena e a Assembleia Nacional Constituinte

Um dos elementos característicos do movimento indígena pode ser percebido em sua composição. Formado por líderes e grupos de diferentes etnias de todas as regiões do Brasil, foi capaz de construir convergências entre estes indivíduos e grupos, inclusive nacionalmente, o que nunca havia ocorrido até então e foi possível devido à construção de uma identidade pan-indígena.

Consideramos as singularidades e complexidades de cada etnia indígena existente naquele momento em território nacional – mesmo que, ocasionalmente, esse território em nada defina as fronteiras indígenas. No entanto, não pretendemos abordá-las em todas as suas particularidades neste trabalho. Nosso objetivo maior é investigar as políticas indígenas que se constituíram no cenário da Assembleia Nacional Constituinte. Faz-se necessário também frisar que nosso objetivo não é encontrar nem apresentar uma descrição

definitiva dessas lideranças e de suas identidades étnicas, mas fornecer elementos que possam contribuir para as discussões em torno desses temas. Contudo, não podemos ignorar a existência de outras narrativas e de como estas definem o que aqui chamamos identidades, ou movimento indígena. Não podemos ignorar os diferentes modos de se produzir e transmitir conhecimento, apresentados pelos próprios sujeitos indígenas.

Procuramos dialogar com outros(as) autores(as) que analisaram o mesmo objeto, a fim de trazer algumas contribuições para esta discussão. Rosane Freire Lacerda,⁴ em um livro cuja produção e publicação foram financiadas pelo CIMI, apresenta um corpo documental que em muito nos auxiliou nesta pesquisa. Utilizando-se de atas das sessões, depoimentos diversos dados durante a Constituinte, documentos assinados por lideranças e organizações indígenas e indigenistas, propostas de emendas encaminhadas aos relatores das comissões e subcomissões entre outros, a autora desenvolve uma detalhada descrição do caminho percorrido pelos representantes dos povos indígenas desde a convocação da Assembleia Nacional Constituinte até à aprovação do texto constitucional definitivo (LACERDA, 2008).

Daniel Munduruku trabalha com a ideia de que o movimento indígena teve e tem um caráter educativo devido ao fato de ter contribuído para a formação de um quadro amplo de lideranças indígenas e por ter provocado transformações nas relações entre os povos indígenas, o Estado e a sociedade brasileira. O autor analisa o processo de construção do movimento indígena e aborda suas particularidades como um movimento que foi capaz de unir lideranças de diferentes povos e visões de mundo em torno de interesses comuns (MUNDURUKU, 2012).

Aproximamo-nos também da pesquisa de Carlos Evangelista, que aborda o debate ocorrido na Assembleia Nacional Constituinte em torno dos direitos indígenas. Sua dissertação apresenta-nos uma análise de cada etapa da Constituinte, bem como os documentos que foram produzidos, assinados por organizações indigenistas e indígenas⁵ e enviados aos parlamentares durante o processo. Além dessa análise, o autor apresenta o processo de construção pelo qual passou o texto constitucional, dentro de diversos embates e reconhecimentos, derrotas e vitórias (EVANGELISTA, 2004).

Buscamos também estabelecer um diálogo com Poliene Bicalho, que busca compreender o *protagonismo* indígena no Brasil, estabelecendo o recorte temporal de 1970 a 2009. Em sua tese, a autora busca apontar os processos e os momentos que foram protagonizados pelo movimento indígena, que, apesar de suas diferenças e contradições

4 Autora proveniente da área do Direito, estabeleceu relações com o CIMI e com as questões relacionadas aos direitos indígenas. Sua tese de doutorado deu origem à seguinte publicação: LACERDA, Rosane Freire. **Diferença não é incapacidade**: o mito da tutela indígena. São Paulo: Baraúna, 2009.

5 Como a Proposta de Programa Mínimo de campanha pré-constituinte para os direitos indígenas, assinada pela União das Nações Indígenas – UNI e diversas entidades de apoio ao movimento indígena, em maio de 1986, ou as Propostas de Emendas, também assinadas pela UNI e diversas entidades de apoio e encaminhadas aos deputados e senadores constituintes da Comissão de Sistematização, em um momento em que o texto constitucional já se encontrava em estágio avançado de discussão.

internas apresentadas em algumas situações, também apresentou a capacidade de unir diferentes sujeitos e grupos de forma coesa em suas práticas e objetivos (BICALHO, 2010). O que buscamos analisar, além desse protagonismo indígena apontado por Bicalho, é como ele se constituiu, que lideranças o conformavam, em que circunstâncias, tendo em vista as interações entre as lideranças indígenas, as comunidades, as organizações indigenistas e a imprensa desenvolvida por estes sujeitos.

Por fim, a dissertação de mestrado de Maria Helena Ortolan (ORTOLAN MATOS, 1997) tornou-se uma das referências bibliográficas mais importantes para o desenvolvimento do presente trabalho. Nela, a autora realiza uma análise bem estruturada e coerente sobre o movimento indígena no Brasil, a partir de um referencial teórico e metodológico proveniente da antropologia, o que nos proporcionou uma aproximação útil e desejada dessa área do conhecimento, com a qual buscamos estabelecer um diálogo interdisciplinar que favorecesse a análise do nosso objeto de pesquisa.

Partindo da análise de documentos provenientes dos arquivos do CIMI referentes às Assembleias Indígenas e outros eventos e entrevistas com algumas das lideranças indígenas citadas, Ortolan investiga os caminhos que foram percorridos por esses sujeitos na construção do movimento indígena, elucidando diferentes narrativas, disputas e contradições internas presentes no processo.

Uma das grandes contribuições da autora, em sua dissertação, é a definição de uma nova categoria identitária construída e consolidada pelo movimento indígena, a identidade *pan-indígena*, de caráter supraétnico – já citada anteriormente, mas fundamentada a partir deste trabalho –, que contribuiu para que os povos indígenas transformassem definitivamente suas relações interétnicas entre os diferentes povos, com o Estado e com a sociedade brasileira.

No caminho percorrido por aquelas lideranças e grupos desde meados da década de 1970, um dos momentos mais significativos para a consolidação do movimento indígena deu-se de abril de 1987 a agosto de 1988, com a Assembleia Nacional Constituinte. Naquele importante momento da história recente do Brasil, o movimento indígena passa por um verdadeiro teste de fogo que exigiu daquelas lideranças e das organizações indígenas um nível significativo de coesão, organização e articulação para sustentar as demandas apresentadas às comissões e subcomissões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BATALLA, Guillermo Bonfil. Do indigenismo da Revolução à antropologia crítica. Tradução: Evaldo Sintoni. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (org.). **Antropologia e indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1981.

BATALLA, Guillermo Bonfil. **La teoría del control cultural en los estudios de los procesos étnicos**. Anuário Antropológico. Brasília: UnB; Tempo Brasileiro, 1988.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970/2009)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CRUZ, Heloisa de Faria. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. **Projeto História**, São Paulo, n. 48, dez. 2013. 28p.

CRUZ, Heloisa de Faria. Rompendo Fronteiras: movimentos e Imprensa de Direitos Humanos no Cone-Sul (1970–1980). **Projeto História**, São Paulo, n. 66, p. 255-289, set.-dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2019v66p255-289>. Acesso em: 12 jul. 2021

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: histórias, direitos e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel Rodrigues (org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Unesp, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (org.). **Políticas culturais e povos indígenas**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2016.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: EDUSP, 1996.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. **Direitos indígenas: o debate na Constituinte de 1988**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011.

JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (org.). **Antropologia e indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1981.

LACERDA, Rosane Freire. **Diferença não é incapacidade: o mito da tutela indígena**. São Paulo: Baraúna, 2009.

LACERDA, Rosane Freire. **Os povos indígenas e a Constituinte: 1987–1988**. Brasília: CIMI, 2008.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970–1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012. (Coleção Educação em Foco. Série Educação, História e Cultura).

NOVAK, Éder da Silva. **Emã e Tekoha**: territórios indígenas e a política indigenista. Curitiba: Appris, 2019.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. **O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970 – 1980)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1988.

PREZIA, Benedito. **Caminhando na luta e na esperança**: retrospectiva dos últimos 60 anos da pastoral indigenista e dos 30 anos do CIMI. São Paulo: Loyola, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas ao Brasil moderno. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueoastronomia 4, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 162

B

Bernard Lahire 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71

C

Catolicismo 4, 17, 116, 124, 125, 130, 131

Charges 3, 1, 9, 13

Conflitos 27, 37, 38, 39, 41, 43, 45, 52, 76, 87, 97

Conservadorismo 116, 120, 126, 127

Covid-19 3, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 12, 13, 20

D

Dom Augusto Álvaro da Silva 4, 128, 129, 130, 132, 134, 139, 140, 141

Dom Emanuel Gomes de Oliveira 4, 104, 105, 106, 111, 112, 114, 115

E

Espanha 116, 118, 123, 124, 157, 158

Eucalipto 37, 43, 44

F

Fenômeno Religioso 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71

G

Goiás 16, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115

H

História Antiga 152

História oral 37, 39, 47

Historiografia 4, 50, 51, 116, 162, 166, 167, 179, 180, 184, 196, 197, 198, 200

I

Igreja Católica na Bahia 128, 141

interseccionalidade 28

Interseccionalidade 28

J

Jurisprudência trabalhista 28

M

Memória 3, 5, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 110, 112, 113, 167, 168, 190

Mesopotâmia 152, 159

Mídia 15, 20, 25, 26, 134, 177

Modernidade 4, 26, 65, 66, 80, 116, 117, 119, 121, 123, 125, 127

P

Pandemia 3, 1, 3, 4, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 19, 21, 23, 43, 47

Pluralismo 3, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 74, 75

Política 4, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 52, 56, 57, 61, 83, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 109, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 168, 177, 178, 183, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Q

Quilombo 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 46

R

Religião 15, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 85, 86, 93, 120, 121, 122, 130, 131, 141, 152, 159, 177

Representações 3, 1, 2, 6, 7, 13, 14, 38, 87, 89, 114, 167, 172, 175, 184, 200, 201

Restauração Católica 105, 128, 129, 139, 140, 141

Revendedoras de cosméticos 3, 28, 29, 30, 32, 34, 36

Revolução de 1930 128, 129, 130, 133, 134, 138, 140, 141

S

Scientific Discourse 4, 143, 144, 145, 146, 149, 150

Scientific law 143, 144, 145, 146, 147, 149

Semiotics 143, 144

T

Testamento 4, 42, 43, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021